



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC
Processo n.º 90/2016
Sessão ordinária – 03/11/2016

1. A não publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos dos elementos referentes à formação do contrato viola o disposto no artigo 465.º do CCP.
2. Esta ilegalidade é suscetível de conduzir a uma alteração do resultado financeiro do contrato, configurando-se a possibilidade de ter afastado do procedimento adjudicatório potenciais interessados em contratar e impedido a entidade adjudicante de receber outras propostas, eventualmente mais vantajosas do que a apresentada pelo adjudicatário.
3. A desconformidade dos atos e contratos com as leis em vigor que implique ilegalidade que altere ou possa alterar o respetivo resultado financeiro constitui fundamento de recusa do visto, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 44.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

ALTERAÇÃO DE RESULTADO FINANCEIRO POR ILEGALIDADE – CONCURSO PÚBLICO – EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – FISCALIZAÇÃO PRÉVIA – PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA – RECUSA DE VISTO – RESTRIÇÃO DE CONCORRÊNCIA

Conselheiro Relator: António Francisco Martins



DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC

Processo n.º 90/2016

I – Relatório

1. Foi presente, para fiscalização prévia da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, o *contrato de empreitada de construção do saneamento básico da frente mar na cidade da Ribeira Grande*, celebrado em 23-09-2016, entre o Município de Ribeira Grande e a Marques, S.A. e Tecnovia - Açores, Sociedade de Empreitadas, S.A., em consórcio, pelo preço de 1 549 846,78 euros, acrescido de IVA, e com o prazo de execução de 360 dias.
2. Suscitaram-se, porém, dúvidas quanto ao modo como foi divulgada a intenção de contratar.

II – Fundamentação fáctica

3. Para além dos factos referidos no ponto 1., relevam, ainda, os seguintes:
 - 3.1. Por deliberação da Câmara Municipal de Ribeira Grande, de 21-04-2016, foi aberto concurso público «para adjudicação da empreitada de Construção do Saneamento Básico frente Mar da Cidade da Ribeira Grande», com fundamento na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.
 - 3.2. De acordo com a cláusula 25.ª do caderno de encargos, a quantia a pagar ao empreiteiro «não pode exceder 1 888 885,98€».
 - 3.3. O concurso público foi publicitado no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, II série, n.º 93, de 13-05-2016.



3.4. Foram apresentadas quatro propostas. Duas foram excluídas¹:

- Concorrente n.º 1 (Afavias – Engenharia e Construções – Açores, S.A) por apresentar apenas uma nota justificativa para o fato de não entregar proposta;
- Concorrente n.º 4 (Fameg, Montagens Elétricas, S.A.) por a sua proposta apresentar atributos que violam os parâmetros base fixados no caderno de encargos, nomeadamente o prazo de execução da obra, nos termos do disposto na al. b), do n.º 2 do artigo 70º do CCP.

3.5. O júri do concurso propôs a adjudicação ao concorrente que apresentou o preço mais baixo:

- 1 – Marques, S.A./Técnovia – Açores: valor - € 1.549.846,78..... pontuação: 86,77%
- 2 – Conduril Eng., S.A./Conduril Eng. – Açores, S.A..... valor - € 1.716.020,00: pontuação: 75,89%

3.6. Por deliberação da Câmara Municipal de Ribeira Grande, de 11-08-2016, foi adjudicada a empreitada.

3.7. Em sede de devolução do processo para diligências complementares, foram, entre outros aspetos, solicitados esclarecimentos sobre «se foi cumprido o regime previsto no n.º 1 do artigo 465.º do Código dos Contratos Públicos», bem como, em caso negativo, sobre a validade do procedimento².

3.8. Em resposta, foi referido o seguinte³:

Não foi possível fazer essa comunicação porque com a alteração da legislação Regional e a publicação do anúncio ser obrigatória apenas no JORAA, o procedimento não é aberto automaticamente no portal dos contratos públicos e nem o portal dá hipótese de se introduzir um novo Concurso Público. Essa questão já foi colocada e exposta ao portal que ficou de resolver e logo que possível o contrato será comunicado (Anexo III).

*

¹ Relatório preliminar, de 08-07-2016.

² Ofício n.º 470-UAT I/FP, de 11-10-2016.

³ Ofício n.º 3612, de 14-10-2016. O referido Anexo III, encontra-se reproduzido no anexo à presente Decisão.



III – Fundamentação jurídica

4. Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, «o procedimento de formação de qualquer contrato inicia-se com a decisão de contratar, a qual cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar (...)».

Em 01-01-2016, entrou em vigor o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (doravante, RJCPRAA).

O regime da contratação pública definido no RJCPRAA é aplicável à formação dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores, entendendo-se como tal todos aqueles que, independentemente da sua designação e natureza, sejam celebrados pelas entidades adjudicantes regionais referidas no artigo seguinte (n.º 2 do artigo 1.º do RJCPRAA).

Nos termos do artigo 2.º, n.º 1, alínea *b*), do RJCPRAA, as autarquias locais dos Açores integram o elenco das entidades adjudicantes regionais.

O RJCPRAA aplica-se aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados após a data da sua entrada em vigor, e conforme decorre do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, o «diploma não prejudica a aplicação das normas que integram o regime jurídico da contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos constante do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual versão em vigor».

Nos termos do artigo 25.º do RJCPRAA, na formação dos contratos «são expressamente aplicáveis as regras estatuídas pelo Código dos Contratos Públicos, considerando as especificidades constantes das secções seguintes».

No CCP determina-se que a «escolha do concurso público ou do concurso limitado por prévia qualificação permite a celebração de contratos de qualquer valor, excepto quando os respectivos anúncios não sejam publicados no *Jornal Oficial da União Europeia*, caso em que só permite a celebração de contratos de valor inferior ao referido na alínea c) do



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (Processo n.º 90/2016)

artigo 7.º da Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março» (alínea *b*) do artigo 19.º)⁴.

O RJCPRAA prevê que, sempre «que nos termos do presente diploma não seja exigível a publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, os anúncios dos contratos a adjudicar por entidades adjudicantes regionais são apenas publicitados no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, conforme modelo aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo Regional responsáveis pela edição do Jornal Oficial e pelas áreas das finanças e das obras públicas» (artigo 27.º)⁵.

O artigo 465.º do CCP impõe o seguinte:

Artigo 465.º

Obrigação de comunica o

1 -   obrigatória a publicita o, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, dos elementos referentes   forma o e   execu o dos contratos públicos, desde o início do procedimento até ao termo da execu o, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das obras públicas.

2 - Para cumprimento do dever referido no número anterior, devem utilizar-se meios eletr nicos, nomeadamente a plataforma de interoperabilidade da Administra o Pública.

A Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de julho, aprovou os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de forma o do contrato, do relatório sumário anual e do relatório de execu o do contrato, ao abrigo da obriga o de comunica o a que se refere o referido artigo 465.º.

Em conformidade com o artigo 2.º, n.ºs 1, alíneas *a*) e *b*), e 3, alínea *a*), da Portaria n.º 701-E/2008, o anúncio «de abertura do procedimento e eventuais anúncios subsequentes, publicado no *Diário da República*» e o bloco técnico de dados (constante do anexo I da portaria), integram o bloco de dados que alimenta o Portal dos Contratos Públicos.

Conforme decorre da alínea *a*) do artigo 3.º da Portaria n.º 701-E/2008, o anúncio do procedimento dá entrada nos sistemas de informa o sediados no Portal dos Contratos Públicos.

⁴ O valor referido na alínea *c*) do artigo 7.º da Directiva n.º 2004/18/CE fixa-se, em 2016, em 5 225 000,00 euros (Regulamento (UE) n.º 2015/2342, da Comissão, de 15 de dezembro).

⁵ Os modelos de anúncio dos procedimentos pré-contratuais a publicar no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, pelas entidades adjudicantes regionais (com exce o do modelo de anúncio de parceria para a inova o), foram aprovados pela Portaria n.º 23/2016, publicada no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, I série, n.º 31, de 04-03-2016.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (Processo n.º 90/2016)

cos, «após a respectiva validação pela *Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A. (INCM)*, e envio para publicação no *Diário da República*» e o bloco técnico de dados, na sequência do preenchimento do anúncio para publicação.

As fontes imediatas de informação para o Portal dos Contratos Públicos são, no caso do anúncio, «o sistema de informação da *Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.* usado pelas entidades adjudicantes na introdução de dados para efeitos de publicação no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*», e, no caso do bloco técnico de dados, as entidades adjudicantes, «como segunda fase do processo de introdução de dados para o anúncio» (artigo 4.º, alíneas *a*) e *b*), da Portaria n.º 701-E/2008).

Como emerge da matéria de facto dada por assente:

- A decisão de contratar foi tomada em 21-04-2016;
- O concurso público foi publicitado no *Jornal oficial da Região Autónoma dos Açores*, em 13-05-2016;
- Os elementos referentes à formação do contrato não foram publicitados no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

A não publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos dos elementos referentes à formação do contrato viola o disposto no artigo 465.º do CCP, não permitindo que o concurso fosse levado ao conhecimento de todos os operadores económicos que pudessem ter a intenção de contratar. Os quais, na medida em que tal publicitação é aí obrigatória, estão natural e legitimamente a contar ter acesso, naquele portal da Internet, à publicitação de todos os concursos públicos, sem necessidade de pesquisa em todas as plataformas de contratação pública e em todos os jornais oficiais de publicação de legislação e procedimentos administrativos.

Em contraditório, a entidade adjudicante invocou a impossibilidade de dar cumprimento à exigência formulada no artigo 465.º do CCP, porquanto o «procedimento não é aberto automaticamente no portal dos contratos públicos e nem o portal dá hipótese de se introduzir um novo Concurso Público».

Considerando esta factualidade e a alegação do contraditório, suscitam-se algumas reflexões e dúvidas, mas também, pelo menos, uma certeza.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (Processo n.º 90/2016)

Começemos pela reflexão suscitada pela opção do legislador regional e pelo propósito que lhe estará subjacente.

No regime anterior ao atual RJCPRAA, constante do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto, e republicado em anexo a este último diploma legal, previa-se⁶:

Sem prejuízo das publicações exigidas no Código dos Contratos Públicos, os anúncios dos procedimentos para a formação de contratos podem ser publicados no *Jornal Oficial* da Região.

No atual RJCPRAA, pelo contrário, prevê-se⁷:

Sempre que nos termos do presente diploma não seja exigível a publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, os anúncios dos contratos a adjudicar por entidades adjudicantes regionais são apenas publicitados no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores* (...).

Esta evolução legislativa torna claro que a opção do legislador regional foi a de manter as exigências de publicação do anúncio no *Diário da República* quando for também obrigatória a publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*, mas, quando esta não for exigível, substituir a publicação no *Diário da República*, prevista no Código dos Contratos Públicos, pela publicação no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, que, neste caso, passa de facultativa para obrigatória e, mais do que isso, exclusiva.

Mas qual foi o propósito do legislador regional com tal opção?

Sinceramente, os elementos interpretativos de que dispomos não permitem, com um mínimo de segurança, afirmar qual tenha sido esse propósito e, aqui, começam as dúvidas. Mas permitem, a nosso ver, concluir que não terá sido propósito do legislador restringir a concorrência, evitando a publicação do anúncio no Portal Base.

Na verdade, analisado o processo legislativo⁸ que conduziu à aprovação pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do atual RJCPRAA, nada permite descortinar qual foi o propósito da mencionada alteração legislativa de publicação do anúncio do concurso. Com efeito, o texto atual é o mesmo que constava da proposta de iniciativa

⁶ Cfr. artigo 6.º, n.º 1, sendo os sublinhados da nossa autoria.

⁷ Cfr. artigo 27.º, n.º 1, sendo o sublinhado da nossa autoria.

⁸ Cfr. o processo legislativo em http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registo/3/2644.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (Processo n.º 90/2016)

legislativa, da responsabilidade do Governo Regional, e tal normativo, em concreto, não foi objeto de qualquer proposta de alteração por parte de qualquer grupo parlamentar, nem objeto de análise no parecer da Comissão de Política Geral daquela Assembleia ou de pareceres de entidades externas, nem, ainda, objeto de observação quando da sua discussão e votação no Plenário de 29-10-2015, em que foi aprovado. Assim, sem estes elementos interpretativos e não constando da exposição de motivos da iniciativa legislativa nenhuma linha explicativa desse propósito não é possível afirmar, com segurança, qual tenha sido.

Mas, como dissemos, não cremos que tenha sido propósito do legislador evitar a publicação do anúncio no Portal Base.

Com efeito, tal propósito colocaria em causa os princípios da publicidade, transparência e concorrência, que são nucleares e básicos da contratação pública, consagrados quer no CCP, quer na Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos, cujos «princípios e opções» o RJCPRAA procurou «verter no ordenamento jurídico regional», como expressamente se afirma na exposição de motivos deste diploma legal. Aí se afirmando, ainda, que «com o presente diploma não se pretende assumir uma posição de rutura com o ordenamento jurídico nacional».

Os verdadeiros propósitos do legislador regional não ficaram apenas na exposição de motivos.

Foram vertidos em letra de lei, ao consagrar-se que «o presente diploma não prejudica a aplicação das normas que integram o regime jurídico da contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos constantes do Código dos Contratos Públicos»⁹, que «as entidades adjudicantes regionais garantem (...) o respeito (...) pelos princípios fundamentais da contratação pública (...), em especial pelos princípios da transparência, da igualdade de tratamento, da proporcionalidade e da concorrência, da não discriminação, da imparcialidade, da boa-fé e da tutela da confiança»¹⁰ e que «na formação dos contratos são expressamente aplicáveis as regras estatuídas pelo Código dos Contratos Públicos,

⁹ Cfr. artigo 3.º, n.º 1, do RJCPRAA.

¹⁰ Cfr. artigo 4.º, n.º 1, do RJCPRAA.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (Processo n.º 90/2016)

considerando as especificidades constantes das secções seguintes»¹¹, sendo certo que nenhuma especificidade consta das secções seguintes quanto à publicitação no Portal Base previsto no artigo 465.º do CCP.

Nestes termos, temos por certo concluir que a opção do legislador regional, com a redação dada ao artigo 27.º, n.º 1, do RJCPRAA, não foi a de afastar a aplicação do artigo 465.º do CCP, mesmo que apenas enquanto não for solucionado o problema da ausência de conexão automática entre a publicação no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores* e o Portal dos Contratos Públicos ou Portal Base e da não possibilidade de introdução manual do anúncio no referido Portal.

Aliás, tais condicionalismos eram previsíveis ao tempo da elaboração do RJCPRAA, em face da forma como a Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de julho, definiu os termos da comunicação prevista no artigo 465.º do CCP.

Se os mesmos não foram atempadamente previstos e resolvidos é questão diversa.

Nesta medida, ainda que as circunstâncias que estão na origem desta realidade não sejam imputáveis à entidade adjudicante, não menos verdade é que as alegadas limitações informáticas, ou de outra natureza, não justificam a não observância de normas legais imperativas, como o citado artigo 465.º do CCP.

Por conseguinte, num contexto como o presente, em que, por força do artigo 27.º do RJCPRAA, o anúncio do concurso público não se encontra sujeito a publicação no *Diário da República*, a não observância do artigo 465.º do CCP assume particular relevo, na medida em que constitui o veículo privilegiado para dar cumprimento à observância do princípio da concorrência, consagrado no n.º 4 do artigo 1.º do CCP, ao possibilitar que, por esta via, seja levado ao conhecimento de todos os operadores económicos a intenção de contratar.

Como salienta a doutrina, a observância deste princípio tem particular relevância no contexto da contratação pública¹²:

¹¹ Cfr. artigo 25.º do RJCPRAA.

¹² Cfr. RODRIGO ESTEVES DE OLIVEIRA, «Os princípios gerais da contratação pública», in *Estudos da Contratação Pública – I*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, p. 67.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (Processo n.º 90/2016)

É de facto no respeito pela concorrência e simultaneamente na sua promoção que assenta hoje o valor nuclear dos procedimentos adjudicatórios: é a ela (concorrência) que estes se dirigem e é no aproveitamento das respectivas potencialidades que se baseia o seu lançamento. E se é na concorrência que se funda o mercado da contratação pública, isso há-de significar que a tutela de uma concorrência sã entre os competidores interessados deve estar na primeira linha das preocupações do sistema jurídico.

Com a existência de um procedimento dirigido à concorrência assegura-se, na medida do possível, que, na satisfação de interesses que lhe estão cometidos, os entes públicos o façam de forma publicamente mais vantajosa possível. E, quanto mais pessoas quiserem negociar com ela, no *mercado administrativo*, melhor: maior será o leque de ofertas contratuais – e o leque de escolha da entidade adjudicante – e mais procurarão os concorrentes otimizar as suas propostas.

Para que se obtenha a participação do maior número possível de concorrentes nos procedimentos pré-contratuais, torna-se necessário que o mercado da contratação pública seja o mais aberto possível, o que pressupõe que as entidades adjudicantes publicitem, de modo adequado, a sua vontade de contratar.

Ao omitir-se a publicitação dos elementos referentes à formação do contrato no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, prejudicou-se a realização da mais ampla concorrência e da igualdade de oportunidades entre os agentes económicos, com eventual prejuízo do interesse público.

A ilegalidade verificada mostra-se suscetível de alterar o resultado do concurso, por via da restrição do universo concorrencial.

5. Em conformidade com o disposto na alínea *c)* do n.º 3 do referido artigo 44.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, constitui fundamento da recusa do visto a desconformidade dos atos e contratos com as leis em vigor que implique ilegalidade que altere ou possa alterar o respetivo resultado financeiro.

Para a verificação do fundamento de recusa de visto mencionado na alínea *c)* do n.º 3 do artigo 44.º da Lei n.º 98/97, basta o simples perigo ou risco de que a ilegalidade constatada possa determinar a alteração do resultado financeiro do contrato. É o que resulta da letra da referida alínea *c)*, quando aí se alude a «Ilegalidade que ... possa alterar o respetivo resultado financeiro».



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (Processo n.º 90/2016)

6. A relevância que esta ilegalidade assume no contexto do procedimento de contratação levado a cabo, não consente que se faça uso da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 44.º da Lei n.º 98/97.
7. Em conclusão:
- a) A abertura do concurso público foi autorizada em 21-04-2016;
 - b) O anúncio do concurso foi divulgado no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, em 13-05-2016;
 - c) Os elementos referentes à formação do contrato não foram publicitados no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, em violação do disposto no artigo 465.º do CCP;
 - d) A ilegalidade verificada é suscetível de conduzir a uma alteração do resultado financeiro do contrato, configurando-se a possibilidade de ter afastado do procedimento adjudicatório potenciais interessados em contratar e impedido a entidade adjudicante de receber outras propostas, eventualmente mais vantajosas do que a apresentada pelo adjudicatário;
 - e) As ilegalidades que alterem ou possam alterar o resultado financeiro constituem fundamento de recusa do visto, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 44.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

IV – Decisão

Assim, o Juiz da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em sessão ordinária, ouvidos o Ministério Público e os Assessores, decide, com os fundamentos expostos, recusar o visto ao contrato em referência, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 44.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Emolumentos: 20,60 euros.

Após as notificações, divulgue-se na Internet.



Tribunal de Contas
Secção Regional dos Açores

DECISÃO N.º 15/2016 – SRATC (*Processo n.º 90/2016*)

Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em 3 de novembro de 2016.

O Juiz Conselheiro

Os Assessores

Fui presente
O Representante do Ministério Público

Olga Cordeiro

De: geralbase <geral@base.gov.pt>
Enviado: 8 de setembro de 2016 11:20
Para: olgacordeiro@cm-ribeiragrande.pt
Assunto: RE: Pedido de Informação

Exma. Senhora,

De acordo com a nosso email anterior, cumpre-nos informar novamente que, o Portal BASE está parametrizado de acordo com o Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de Janeiro) e respetiva legislação regulamentar.

Deste modo o novo regime jurídico de contratos públicos aprovado pelo Decreto Legislativo Regional (DLR) n.º 27/2015/A, de 29/12/2015, e que transpõe parcialmente a Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Fevereiro, com todas as alterações e inovações introduzidas não é suportado pelo sistema tecnológico em produção no Portal BASE.

Estão nestas condições quer os novos tipos de procedimentos quer as publicações no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

Só após a realização das necessárias adaptações no Portal BASE poderá registar os procedimentos e contratos celebrados ao abrigo do DLR n.º 27/2015/A, de 29/12/2015.

Refere-se uma vez mais que, estão a ser concertados esforços entre o Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares do Governo Regional dos Açores e o IMPIC no sentido encontrar soluções para melhor ultrapassar esta situação

Caso pretenda esclarecimentos adicionais, deverá nesta situação, contactar a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares do Governo Regional dos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

AG

IMPIC, I.P. — Instituto Dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
(Entidade Gestora do Portal dos Contratos Públicos)